

“Não existe património sem nós”: O papel dos povos e comunidades tradicionais no Primeiro Sítio Misto Mundial do Brasil

"There is no heritage without us": The role of indigenous peoples and traditional communities in Brazil's First Mixed World Heritage Site

RENATO DE OLIVEIRA DOS SANTOS¹ & SIDNEI RAIMUNDO¹

¹Universidade de São Paulo

Contacting author: renato.oliveirasantos@usp.br

Palavras-chave | Património, Turismo, áreas naturais protegidas, Paraty- RJ

Objetivos | O reconhecimento, em 2019, do Sítio Misto Cultura e Biodiversidade de Paraty e Baía da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, pela UNESCO, tem profundas implicações para os povos originários, comunidades tradicionais e o território titulado. O sítio misto abrange quatro áreas naturais protegidas, formando um extenso cinturão de mata nativa com quase 150 mil hectares, que engloba núcleos urbanos, assim como o ambiente marinho. Apenas no perímetro da *core zone*, encontram-se duas terras indígenas Guarani Mbya, dois territórios quilombolas e 28 comunidades caiçaras, que revelam o *valor universal excepcional* em virtude da interação humana com o meio ambiente e sua rica biodiversidade, modos de vida tradicionais e referências culturais, tanto materiais quanto imateriais. No entanto, é crucial reconhecer que essas comunidades enfrentaram históricos processos de marginalização, exclusão e invisibilidade política, territorial e econômica. Este estudo tem como objetivo compreender as relações entre património, cultura e transformações socioespaciais, destacando a importância da inclusão e participação ativa das comunidades na gestão e no desenvolvimento do turismo em território Património Mundial da Humanidade.

Metodologia | Envolve uma abordagem aplicada, exploratória e descritiva, fundamentada em métodos qualitativos, como análise documental, pesquisa de campo para uma imersão nas comunidades locais e uma observação das práticas culturais e dinâmicas sociais presentes. Além disso, entrevistas semiestruturadas são conduzidas para capturar as perspectivas e experiências dos comunitários da Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária e do Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT.

Principais resultados e contributos | Existe uma conexão significativa entre a obtenção do título e o fortalecimento das comunidades tradicionais, que veem na titulação o reconhecimento de suas culturas e práticas em relação à natureza. Essa relação corrobora a importância de proteger o patrimônio, abrangendo não apenas aspectos materiais e econômicos, mas também processos adaptativos das comunidades tradicionais ao meio ambiente (Castro, 2000).

Esta titulação tornou a região o primeiro sítio misto, histórico e natural, reconhecido no Brasil, conferindo valor universal e compromissos internacionais de proteção, ao mesmo tempo em que impulsiona a projeção do turismo. No entanto, políticas públicas voltadas para o uso do patrimônio como ferramenta de desenvolvimento econômico podem gerar debates sobre gentrificação, deslocamento de comunidades locais e exploração excessiva do patrimônio (Scifoni, 2015). A imposição da patrimonialização de espaços naturais pode resultar em conflitos entre modelos de conservação, e demandas sociais por permanência, uso e participação nas decisões (Cioffi & Raimundo, 2020).

Ademais, torna-se necessário repensar os modelos de planejamento e gestão, buscando uma democratização patrimonial que envolva a sociedade no cuidado do patrimônio. A candidatura e têm implicações políticas, especialmente ligadas às redes das comunidades tradicionais, representadas pelo FCT, que enfatizam:

“a titulação traz esperança de que as comunidades, que fazem a sua cultura ser viva a partir da natureza, possam ser reconhecidas e respeitadas por todos, pois sem essa relação entre os povos e a natureza não existiria a possibilidade de conseguir um título tão importante”. (FCT, 2019).

No entanto, essas comunidades enfrentam fronteiras simbólicas e políticas que demarcam o controle de grupos sobre seus espaços (Raffestin, 1993). Um exemplo disso é a exclusão das comunidades tradicionais da organização do "10º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial". Embora a edição tenha ocorrido em Paraty (01 a 05/08/2023), as comunidades tradicionais foram excluídas da organização, demonstrando, mais uma vez o descaso e a invisibilidade de seus conhecimentos e contribuições, "como deixaram mais uma vez nossas comunidades de fora, o FCT convoca seu povo para ir pra rua, fazer nossa voz ser ouvida!" (FCT, 25 de julho de 2023 [Instagram]).

A atuação do FCT reflete a visão de fronteiras como elementos que não apenas dividem territórios, mas também estabelecem diferenciação e influência entre espaços e dinâmicas de poder (Raffestin, 1993). A recorrente invisibilidade e exclusão nas decisões políticas reforçam como

atores sociais lidam com territórios, estabelecendo territorialidades e utilizando fronteiras para afirmar autoridade e influência e reforçar a resistência e luta pela terra.

Limitações | Este resumo apresenta as reflexões iniciais de uma tese de doutorado em andamento.

Conclusões | O reconhecimento como património mundial pode representar um momento significativo para as comunidades tradicionais da região, oferecendo a oportunidade de empoderamento, promovendo a preservação cultural e a salvaguarda dos saberes ancestrais, impulsionar práticas sustentáveis de governança da natureza, inclusão e participação nas decisões sobre o seu território e o turismo em um contexto de reconhecimento global. Posicionando esses grupos como atores centrais na conservação do património e no desenvolvimento sustentável de seus territórios. A visibilidade decorrente do título de Património Mundial também impacta na promoção do turismo na região, podendo impulsionar o crescimento econômico local. No entanto, desafios como a excessiva comercialização do património e a gentrificação devem ser abordados com sensibilidade. Incorporar e valorizar diferentes cosmovisões em pesquisas e políticas pode levar a abordagens mais inclusivas e resilientes para enfrentar desafios globais, especialmente relacionados à proteção do património natural e cultural.

Referências

- Castro, E. (2000). Territórios, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. Em A. C. Diegues (Ed.), *Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos* (pp. 165-182). São Paulo: NUPAUB-USP: Hucitec: Annablume.
- Cioffi, G., & Raimundo, S. (2020). Áreas Naturais Protegidas: Uma Reflexão sobre a Patrimonialização da Natureza pela Sociedade Ocidental. *Caderno Virtual de Turismo UFRJ*, 20, 1-18. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.20n2.2020.1851>
- Comunicação Popular – FCT. (2019, 5 de julho). Declaradas Patrimônio Mundial da Humanidade, Comunidades Tradicionais de Paraty e Ilha Grande reivindicam maior proteção a seus territórios e modos de vida. *Preservar é Resistir*. Rio de Janeiro.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do poder*. Ática.
- Scifoni, S. (2015). Patrimônio como negócio. A cidade como negócio (p. 209-225). Contexto.